

Adonai Química S.A.

CNPJ/MF nº 02.703.755/0001-88

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: A Administração da Adonai Química S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, correspondentes aos exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022, elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil. Nesta oportunidade a Presidência e Diretoria e a Administração da Adonai Química S.A. expressam os agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma contribuíram à Companhia, possibilitando assim o sucesso da Adonai no mercado nacional e em especial reconhecemos as contribuições e confiança de nossos participantes, nossos acionistas, nossos clientes, nossos fornecedores, nossos parceiros, nossos funcionários e nossos colaboradores pelo empenho e dedicação, e em especial a Autoridade Portuária de Santos (APS). São Paulo, 21 de março de 2024. *A Diretoria*

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Balancos Patrimoniais		Demonstrações do Resultado			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido									
Ativo	Notas	2023	2022	Notas	2023	2022	Capital subscrito	Capital integralizar	Capital social	Reserva Legal	Reserva Especial	Reserva de Lucros	Lucros e prejuízos acumulados	Total
Circulante		15.875	10.457											
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.787	2.094	17	115.292	89.611	150.000	(1.399)	148.601	1.713	1.946	17.512	-	-169.772
Clientes	5	6.407	6.594	18	(48.058)	(40.176)	-	1.399	-	-	-	-	-	-1.399
Estoque		263	192				-	-	-	-	-	-	9.111	9.111
Tributos a recuperar		1.948	73	19	(23.181)	(22.999)	-	-	-	456	649	-	-	(1.105)
Outros créditos		348	379	20	(333)	143	-	-	-	-	-	-	-	(2.164)
Despesas antecipadas		122	1.125		(23.514)	(22.855)	-	-	-	-	-	5.842	-	(5.842)
Não circulante		327.153	302.409		43.720	26.580								
Clientes	5	262	-				150.000	-	150.000	2.169	2.595	23.354	-	-178.118
Partes relacionadas	6	4.757	24.055	21	(12.526)	(14.011)	-	-	-	-	-	-	25.298	25.298
Depósitos judiciais	15	2.496	2.117	21	1.693	2.329	-	-	1.265	1.802	-	-	-	(3.067)
Imobilizado	7	2.901	2.465	21	(585)	(128)	-	-	-	-	-	-	-	(6.008)
Intangível	8	316.737	273.772		(11.418)	(11.810)	-	-	-	-	-	16.223	-	(16.223)
Total do ativo		343.028	312.866		32.302	14.770								
Passivo e patrimônio líquido		343.028	312.866		32.302	14.770								
Circulante		72.363	63.285											
Emprestimos e financiamentos	9	22.404	23.307	23.a	(7.004)	(5.346)	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	10	7.990	21.942		(7.004)	(5.659)	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações trabalhistas	11	2.180	2.089				-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações tributárias	11	6.282	3.584				-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar	12	9.103	5.138				-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	16.4	22.640	5.607				-	-	-	-	-	-	-	-
Compromisso com poder concedente	13	1.764	1.618				-	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante		86.229	71.463											
Emprestimos e financiamentos	9	31.049	51.573				-	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	14	35.900	-				-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para contingências	15	4.018	3.116				-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações tributárias	11	2.068	4.188				-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar	12	570	708				-	-	-	-	-	-	-	-
Compromisso com poder concedente	13	12.623	11.880				-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido		184.436	178.118											
Capital social		150.000	150.000											
Reservas de lucros		34.436	28.118											
Total do passivo e patrimônio líquido		343.028	312.866											

Demonstrações do Resultado Abrangente		Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
	2023	2022	2023	2022	
Lucro líquido do exercício	25.298	9.111	Lucro líquido antes das provisões tributárias	32.302	14.770
Outros resultados abrangentes	-	-	Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Total de resultados abrangentes do exercício	25.298	9.111	Depreciações e amortizações	12.633	10.034

resultado do exercício como despesa financeira. **l.2) Outorga – contribuição variável:** A contribuição variável é calculada pela movimentação mensal por tonelada sobre a tarifa portuária vigente e pelo período de atracação dos navios no berço. **l.3) Tributação: Impostos sobre as vendas:** As receitas de vendas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições pelas seguintes alíquotas básicas: **Imposto Sobre Serviços (ISS):** alíquota de 5%; **Programa de Integração Social (PIS):** alíquota 1,65%; **Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS):** alíquota de 7,6%. **Impostos sobre o lucro:** Para os exercícios de 2023 e 2022 o regime de tributação adotado pela Companhia foi o lucro real mensal, aplicando-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. **k) Ativos contingentes e provisão para demandas judiciais:** A Sociedade reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável pelos seus assessores legais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta, alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos são as seguintes: **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **Passivos:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis de desembolso de caixa futuro e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos avaliados como sendo de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados. **l) Fornecedores:** Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal do negócio da Companhia. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os fornecedores são classificados no passivo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos, variações monetárias ou cambiais. **m) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **n) Instrumentos financeiros – Ativo financeiro:** **Classificação:** No reconhecimento inicial, o ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("FVTPL"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descausamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com opção pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, priviligando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração. **Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou Grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. **Desreconhecimento de ativos financeiros.** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferir e não reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre esse ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo. **Passivo financeiro:** **Reconhecimento e mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo

por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, e incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures. Os empréstimos e financiamentos são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado e amortizados ao resultado junto dos encargos financeiros e afetam a determinação da taxa de juros efetiva. **Mensuração subsequente:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. **Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos durante o período de construção ou produção. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos. **Desreconhecimento de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado. **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros:** A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substituiu a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023; A IFRS 17 introduz uma abordagem internacional consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros; Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Companhia. A Companhia efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais. **Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar "práticas contábeis significativas" por "políticas contábeis materiais". As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **Alteração na norma IAS 12/CPC 32 Tributos sobre o Lucro:** **Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação:** Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais da Companhia. **Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo Pillar Two:** Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

continua...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 13/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

Adonai Química S.A.

(Organisation for Economic Co-operation and Development – OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do Pillar Two. As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre as potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do Pillar Two. O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo Pillar Two, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023. As alterações introduziram uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo Pillar Two. A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também preveem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do Pillar Two. A Administração determinou que a Companhia não está dentro do escopo das Pillar Two Model Rules da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos. • **Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros;** As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores. Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis da Companhia. **p) Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estiveram em vigor em 31 de dezembro de 2023:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • **Alterações na norma IFRS 16/ CPC 06 (R2):** acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/ CPC 47 – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; • **Alterações na norma IAS 1/ CPC 26:** esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; • **Alterações na norma IAS 1/ CPC 26:** esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; • **Alterações na IAS 7/ CPC 03 (R2) e IFRS 7/ CPC 40 (R1):** esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; • **Alterações na IAS 21/ CPC 02 (R2):** exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; Atualmente a Sociedade está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Sociedade avaliará o impacto das alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não ateta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa	13	3
Bancos	35	21
Aplicações financeiras (1)	6.739	2.070
Total	6.787	2.094

(1) O saldo de aplicações financeiras está representado substancialmente por certificados de depósitos bancários, que rendem em média 101 a 102% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os certificados de depósitos bancários embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatados a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração. Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicação financeira de curto prazo, de alta liquidez, que é prontamente conversível em um montante de valor de caixa e que está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Clientes

	2023	2022
Clientes	6.407	6.594
Clientes – LP	262	–
Total	6.669	6.594

5.1. Não houve perda com crédito de liquidação duvidosa, pois os saldos a receber a mais de 120 dias são correspondentes a Petróbras, cujo valores em aberto, correspondem a retenções previstas no contrato, sujeitos a devolução. A abertura por vencimento do saldo a receber encontra-se demonstrado a seguir:

	2023	2022
A vencer	6.180	3.741
Vencidos de 1 a 30 dias	227	46
Vencidos de 61 a 90 dias	–	18
Vencidos de 91 a 120 dias	–	7
Vencidos a mais de 120 dias	262	2.782
Total	6.669	6.594

6. Partes relacionadas – São reportadas transações entre as empresas do Grupo de acordo com características acordadas entre as partes, as quais podem diferir das condições usuais de mercado. **Contas Correntes ativas**

Descrição	Prazo	2023	2022
Aba Infraestrutura e Logística (2)	Indeterminado	–	6.708
Adonai East (2)	Indeterminado	–	8.130
Fca Com. Ext. e Logística Ltda. (2)	Indeterminado	4.757	4.757
Formitex Empreend. E Partic. Lt. (1)	2 anos	–	4.460
Total		4.757	24.055

(1) As operações com partes relacionadas, celebradas por contrato de conta corrente com pessoas ligadas, com amortizações periódicas, são corrigidas mensalmente à taxa de 90% do CDI; (2) As operações comuns de saldos entre partes relacionadas, em contas correntes de empresas coligadas e entre controladoras e suas controladas, sem vencimento predeterminado, não há incidência de encargos financeiros e cobrança de juros. **Remuneração da Administração:** Em 2023 e 2022, a remuneração da Diretoria e dos Administradores da Companhia é substancialmente composta por pró-labore.

	2023	2022
Remuneração da Administração	694	471
Total	694	471

7. Imobilizado

	2023	2022
Computadores e periféricos	3.316	2.964
Móveis e utensílios	1.029	750
Veículos	501	500
Instalações	40	12
Beneficiárias em imóveis de terceiros	356	296
Máquinas e equipamentos	262	–
Ferramentas	3	–
Beneficiária em imóveis de 3º	296	–
Total	4.522	5.507

Subtotal custo do ativo imobilizado 5.507 4.522
Depreciação acumulada (2.606) (2.057)
Ativo imobilizado líquido 2.901 2.465

A Companhia efetuou a revisão da amortização pelo prazo de concessão e a revisão da vida útil de seus principais ativos e concluiu que não existem diferenças relevantes na taxa de amortização/depreciação utilizadas atualmente. Houve transferências e/ou reclassificações do imobilizado x intangível em 312 mil.

7.1. Movimentação do custo do ativo imobilizado

	2023	2022
Custo – 2023	2.964	510
Computadores e periféricos	–	510
Máquinas e Equipamentos	–	44
Móveis e utensílios	750	268
Veículos	500	31
Instalações	12	1
Ferramentas	–	3
Beneficiária em imóveis de 3º	296	–
Total	4.522	857

Transfe-rências 2022 2023
(6) 3.316
(1) 1.029
(2) 501
(3) 40
(4) 356
(5) 262
(6) 3
(7) 296
2.901

8. Intangível

	2023	2022
Licença de uso/ software	5 anos	1.442
Direitos de exploração – Concessão	24,5 anos	18.039
Bens de concessão	24,5 anos	371.252
Instalações – Concessão	10 anos	64
Máquinas e Equipamentos – Concessão	10 anos	7.038
Computadores e Periféricos – Concessão	5 anos	15
Móveis e Utensílios – Concessão	10 anos	83
Projetos de TI em andamento	–	1.521
Bens de concessão em andamento	–	59.399
Subtotal custo do ativo intangível	458.853	403.023
Amortização acumulada	(142.116)	(129.251)
Ativo Intangível líquido	316.737	273.772

8.1. Movimentação do custo do Intangível

	2023	2022
Licença de Uso/Software	828	78
Direitos de arrendamento – Concessão	34.345	2.155
(-) AVP – Direito de Arrendamento	(18.193)	(268)
Benf. área Arrendada de terceiros – Concessão	291.853	8.719
Instalações – Concessão	–	64
Máquinas e Equipamentos – Concessão	7.220	48
Computadores e Equip. Eletrônicos – Concessão	–	15
Móveis e utensílios – Concessão	–	83
Projeto TI em andamento	685	1.540
Bens em Concessão em andamento	86.285	43.803
Total	403.023	56.139

8.2. Movimentação da amortização do Intangível

	2023	2022
(-) Amort. Licença de Uso/Software	(639)	(147)
(-) Amort. Benf. Área arrend. Terceiros – Concessão	(118.216)	(10.799)
(-) Amort. Instalações – Concessão	(26)	(22)
(-) Amort. Maq. E Equipamentos – Concessão	(6.584)	(321)
(-) Amort. Maq. Computadores e Eq. Eletrônicos – Concessão	–	(15)
(-) Amort. Móveis e utensílios – Concessão	–	(53)
(-) Amort. Direito de Exploração – Concessão	(3.786)	(1.574)
Total	(129.251)	(12.862)

9. Empréstimos e financiamentos

	2023	2022
BNDES – Fimame Fluxo (1)	8	100
BNDES – Fimame GIMI (2)	16	111
BNDES – Fimame KSB (3)	–	107
Fimame Safra (4)	1.040	1.139
Financiamento OP 4131 (5)	24	407
Financiamento ROF 4131 – 1030 (6)	16	19.659
Financiamento BTG 68/22 (7)	32.323	41.645
Total	53.453	74.880

(1) Financiamento por meio de Fimame BNDES para aquisição de sistema de carregamento de combustíveis – SKID 500 – foi financiado com taxa de juros de 3,42% a.a., 60 meses de prazo de pagamento sendo 6 meses de carência; (2) Financiamento por meio de Fimame BNDES para aquisição de Centros de Controle de Motores e quadros de distribuição de baixa tensão com taxa de juros de 3,42% a.a., 60 meses de prazo de pagamento sendo 6 meses de carência; (3) Financiamento por meio de Fimame BNDES para aquisição de Bombas KSB com taxa de juros de 3,10% a.a., 60 meses de prazo de pagamento sendo 6 meses de carência; (4) Financiamento por meio de Cédula de Crédito Bancário (CCB) BNDES para aquisição de sistema de carregamento de combustíveis, com taxa de juros SELIC – juros de 4,99% a.a., acima da taxa média SELIC acumulada, apurada pelo BACEN, 60 meses de prazo para pagamento e um ano de carência para principal; (5) Financiamento por meio do banco Santander Operação 4131 que permite a captação de recursos em moedas estrangeiras para empresas brasileiras no valor de R\$ 1.800, com taxa de juros total de CDI + 2,78326% a.a.; (6) Financiamento por meio do banco Santander Operação 4131/1030 no valor de R\$ 44.000 a ser pago em 16 prestações com vencimentos trimestrais, iniciando a primeira em 12/11/2021 e a última em 23 de julho de 2025 com taxa fluante juros equivalente à taxa CDI + 2,25408% ao ano; (7) Financiamento por meio do banco BTG Pactual S.A., no valor de R\$ 40.000 a ser pago em 9 parcelas com vencimentos semestrais, iniciando a primeira em 28/03/2023 e a última em 29 de março de 2027 com taxa fluante juros equivalente à CDI, para investimentos na Bacia 8. **Garantias**

Item	Instituição financeira	Garantias
(1)	BNDES	Alienação fiduciária
(2)	BNDES	Alienação fiduciária
(3)	BNDES	Alienação fiduciária
(4)	BNDES	Alienação fiduciária
(5)	Santander	Alienação fiduciária/avalistas
(6)	Santander	Standby Letter of Credit
(7)	BTG	Avalistas

Cronograma de pagamentos do passivo não circulante

Descrição	2023	2022
2024	–	21.274
2025	17.600	16.778
2026	9.005	8.977
2027	4.444	4.444
Subtotal – passivo não circulante	31.049	51.573

10. Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores nacionais	7.990	21.942
Total	7.990	21.942

Fornecedores nacionais representados substancialmente por valores a vencer em até 1 ano. A abertura por vencimento do saldo a pagar encontra-se demonstrado a seguir:

	2023	2022
A vencer até 30 dias	4.037	9.083
A vencer até 60 dias	1.070	2.818
A vencer até 90 dias	561	2.013
A vencer até 120 dias	2.260	1.305
A vencer mais de 120 dias	–	6.650
Vencidos	62	23
Total	7.990	21.942

11. Obrigações tributárias e trabalhistas

	2023	2022
Provisão para férias e encargos	1.622	1.436
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	429	538
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	122	113
Outros	7	2
Total obrigações trabalhistas e circulante	2.180	2.089
Impostos Sobre Serviço (ISS)	887	547
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	288	327
INSS Retido na Fonte a Recolher	123	123
Programa de Integração Social (PIS)	61	72
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) (1)	2.120	191
PIS/COFINS/CSLL Retido	99	71
Parcelamentos Federais	1.809	1.633
Parcelamento Municipal	895	743
Total obrigações tributárias – circulante	6.282	3.584
Parcelamentos Federais	1.313	2.818
Parcelamento Municipal	756	1.368
Total Obrigações Tributárias – Não Circulante	2.069	4.186
Total circulante	8.462	5.673
Total não circulante	2.069	4.186
Total obrigações trabalhistas e tributárias	10.531	9.859

(1) O aumento da rubrica "Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF" é correspondente a retenção de imposto incidente sobre o Juros sobre Capital Próprio – JSCP.

Cronograma de pagamentos dos parcelamentos

Descrição	2023	2022
2023	–	85
2024	94	85
2025	63	57
Total Parcelamento PIS	157	227
2023	–	391
2024	433	391
2025	289	261
Total Parcelamento COFINS	722	1.043
2023	–	917
2024	1.015	917
2025	761	686
Total Parcelamento IRPJ	1.776	2.520
2023	–	241
2024	267	241
2025	200	180
Total Parcelamento CSLL	467	662
2023	–	742
2024	895	742
2025	756	626
Total Parcelamento ISS	1.651	2.110
Total Parcelamentos	4.773	6.562

15.1. Movimentação da provisão para demandas judiciais

	2023	2022
Saldo em 2022	1.205	108
Adições/reversões	506	6
Saldo em 2023	1.711	114

16. Patrimônio líquido – 16.1 Capital Social: O Capital Social subscrito é de R\$ 150.000 totalmente integralizados e estão representadas por 1.500.000 de ações ordinárias nominativas todas sem valor nominal. Em 27/09/2023 houve mudança no quadro societário, porém manteve-se o mesmo capital já integralizado distribuídos da seguinte forma:

	Qtde ações	Capital Social	%
Carlos Cesar Floriano	674.980	67.498	45,00
Kadosh Participações Ltda.	213.600	21.360	14,24
Aba Infra-Estrutura e Logística S.A.	150.000	15.000	10,00
Alípio José Gusmão dos Santos	180.840	18.084	12,06
Formitex Empreendimentos e Part. Ltda.	280.540	28.054	18,70
Total	1.500.000	150.000	100

16.2. Dividendos e reservas: Após realizado todas as amortizações e provisões legais o lucro líquido será destinado como segue: a) 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal nos termos e até os limites estabelecidos no artigo 193, da Lei Federal nº 6.404 de 1976; b) 5% (cinco por cento) serão para a formação de reserva especial para atender encargos trabalhistas e previdenciários eventuais; c) 25% (cinco por cento) serão para pagamento de dividendos das ações preferenciais existentes; d) 5% (cinco por cento) serão para a formação de reserva especial para substituição de capital aos acionistas nos casos de extinção do arrendamento contratado com a APS em decorrência e com fundamento da Concorrência nº 27/97, até atingir 10% (dez por cento) do capital social subscrito.

16.4. Movimentação de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar

	2023	2022
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.636	789
(+) Constituição dividendos a pagar 2022	1.026	261
(-) Liquidações realizadas	(1.636)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.026	1.050
(+) Constituição dividendos a pagar 2023	601	724
(+) Juros s/Capital Próprio (1)	1.102	1.330
Total a Pagar em 2023	2.729	3.104

(1) A Sociedade provisionou o valor devido aos acionistas, referente a Juros sobre Capital Próprio – JCP, aplicando sobre o valor do patrimônio líquido a taxa de 7,2823%, relativa a TJLP anual de 2023.

17. Receitas operacionais líquidas

	2023	2022
Armazenagem	126.622	97.894
Serviços portuários	720	2.330
Intertaxação	752	880
Serviços diversos	1.496	2.423
Total receita operacional bruta	129.590	103.527
ISS	(6.480)	(5.176)
PIS e COFINS	(7.818)	(8.740)
Total das despesas operacionais	(14.298)	(13.916)
Total da receita operacional líquida	115.292	89.611

18. Custos da prestação de serviços

	2023	2022
Depreciação e amortização líquidas	(11.988)	(9.478)
Pessoal e respectivos encargos	(17.498)	(13.460)
Insuamos utilizados na operação	(4.357)	(5.075)
Serviços contratados de terceiros	(8.484)	(6.777)
Movimentação mínima – MMC	(1.527)	(1.531)
Custos portuários – APS	(1.897)	(1.565)
Gastos gerais	(373)	(306)
Seguros	(1.870)	(1.826)
Manutenção e reparos (1)	(1.260)	(1.242)
Créditos de PIS e COFINS sobre ativo imobilizado	1.196	884
Total	(48.058)	(40.176)

(1) Em 2022 manutenção e reparos era informado na rubrica "Serviços contratados de terceiros" em 2023 foi classificado em "Manutenção e reparos".

19. Despesas administrativas, comerciais e gerais

	2023	2022
Serviços consultoria e assessoria	(7.584)	(8.194)
Pessoal, e respectivos encargos	(8.669)	(7.657)
Tributos e contribuições	(1.352)	(979)
Gastos gerais (2)	(4.074)	(3.999)
Depreciação e amortização	(646)	(374)
Provisão/reversão para demandas judiciais e administrativas (3)	–	(667)
Outras despesas (1)	(856)	(1.129)
Total	(23.181)	(22.999)

(1) Os valores classificados correspondente a manutenção de sistemas agrupados na rubrica "Serviços Consultoria e Assessoria" e os valores referente a multas e infrações indutíveis e propaganda e publicidade agrupados na rubrica "Outras despesas", passaram a compor a rubrica "gastos gerais" (2) Seguro garantia e Contribuição Ocip mudaram da rubrica "Gastos gerais e outras despesas", respectivamente, para rubrica "Despesas tributárias". O valor em 2022

Hidroviás do Brasil Holding Norte S.A.

CNPJ/MF nº 20.280.037/0001-28

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro (Em milhares de Reais – R\$)

Ativos	Nota	2020	2019	Passivos e Patrimônio Líquido	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	4	112	7	Fornecedores	7	–	8
Títulos e valores mobiliários	5.1	1.225	1.564	Partes relacionadas	8	–	222
Impostos a recuperar	2	–	–	Dividendos a pagar	6	611	611
Imposto de renda e contribuição social	7	–	–	Outras contas a pagar	10	11	11
Créditos com partes relacionadas	8	–	10	Total do passivo circulante	621	852	
Dividendos a receber	435	435	–	Partes relacionadas	8	45.000	45.000
Total do ativo circulante	1.781	2.022		Total do passivo não circulante	45.000	45.000	
Impostos a recuperar	6	–	–	Patrimônio líquido			
Investimentos	6	315.533	546.305	Capital social	9	496.971	496.971
				Adiantamento para futuro aumento de capital	16.018	16.018	–
				Reservas de lucro	–	–	–
				Outros resultados abrangentes	–	–	–
				Prejuízos acumulados	(241.290)	(10.514)	–
				Total do patrimônio líquido	271.699	502.475	
Total do ativo não circulante	315.539	546.305		Total passivo e patrimônio líquido	317.320	548.327	
Total ativo	317.320	548.327					

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Companhia foi constituída em 20 de maio de 2014 e tem sua sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, 215 – 7º andar – Pinheiros, tendo por objetivo principal a participação no capital de outras Companhias. Em 31 de agosto de 2015, a razão social da Companhia foi alterada para Hidroviás do Brasil Holding Norte S.A. (“Companhia” ou “HBNH”).

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras – a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2024. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como as ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (“inputs”) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, a que observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 10 – Instrumentos financeiros não derivativos.

d) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. Principais políticas contábeis – As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados.

a) Mudança nas políticas contábeis: A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

b) Investimentos em controladas: Em 1º de janeiro de 2019 as empresas Hidroviás do Brasil Vila do Conde S.A. e Hidroviás do Brasil Adm Portuária de Santos foram incorporadas pela Companhia. Com este movimento, que faz parte da estratégia da Companhia para otimizar sua estrutura societária, as empresas Hidroviás do Brasil Vila do Conde S.A. e Hidroviás do Brasil Adm Portuária de Santos, se tornaram controladas pela Hidroviás do Brasil Holding Norte S.A. As demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através d. O controle é obtido quando a Companhia: • Tem poder sobre a investida. • Está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida. • Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. As Companhias investidas são:

Participação – %

Controladas diretas	2020	2019
Hidroviás do Brasil – Vila do Conde S.A.	100,00	100,00
Hidroviás do Brasil – Adm Portuária de Santos	100,00	100,00

Investimentos em entidades controladas pelo método de equivalência patrimonial: Os investimentos da Companhia em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

c) Moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

d) Instrumentos financeiros e de patrimônio: Reconhecimento e mensuração inicial: Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA (Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes) – instrumento patrimonial; ou ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado): • é mantido

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de Reais – R\$)

	Capital Social		Reservas de lucros		Prejuízos acumulados		Ajuste de instrumentos financeiros		Total
	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva Legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados não derivativos	Instrumentos financeiros	Total		
Saldos em 1º de janeiro 2019	496.971	15.438	3.214	60.451	–	(68.884)	507.190		
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	580	–	–	–	–	580		
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(11.684)	–	(11.684)		
Movimentação reserva legal	–	–	(3.214)	–	3.214	–	–		
Movimentação reserva de lucros	–	–	–	(60.451)	60.451	–	–		
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	(62.494)	68.884	(6.390)		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	496.971	16.018	–	(10.514)	–	502.475			
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(230.776)	–	(230.776)		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	496.971	16.018	–	–	(241.290)	271.699			

Demonstração do Resultado Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro (Em milhares de Reais – R\$, exceto o resultado por ação)

Despesas Operacionais	Nota	2020	2019
Gerais e administrativas	11	(39)	(128)
Resultado de equivalência patrimonial	(230.772)	(11.572)	–
Outras receitas	11	–	1
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(230.811)	(11.698)	
Receitas financeiras	12	35	15
Despesas financeiras	12	–	(1)
Resultado financeiro	12	35	14
Resultado operacional e antes do imposto de renda e contribuição social	(230.776)	(11.684)	
Prejuízo do exercício	(230.776)	(11.684)	

Demonstração do resultado abrangente Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro (Em milhares de Reais – R\$)

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(230.776)	(11.684)
Resultado abrangente total do exercício	(230.776)	(11.684)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro (Em milhares de Reais – R\$)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(230.776)	(11.684)
Prejuízo do exercício	(230.776)	(11.684)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Resultado de equivalência patrimonial	230.772	11.572
Rendimento de aplicações financeiras	(37)	–
Aumento (redução) nos ativos operacionais:		
Impostos a recuperar	(1)	(2)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:	(1)	(5)
Fornecedores	(8)	(5)
Outras contas a pagar	(1)	–
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2)	–
Caixa líquido (aplicados) nas atividades operacionais	(53)	(135)
Fluxos de caixa das atividades de investimento	–	(43.905)
Aquisição de controlada, líquido do caixa	–	(43.905)
Mútuo recebido entre partes relacionadas	10	–
Títulos e valores mobiliários (aplicação)	(10)	(1.574)
Títulos e valores mobiliários (resgate)	381	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	381	(45.454)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	–	580
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	580
Mútuo concedido entre partes relacionadas	–	45.000
Outras contas a pagar com partes relacionadas	(222)	–
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(222)	45.580
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	105	(9)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	16
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	112	7
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	105	(9)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras e serão reduzidos à medida que sua realização não for mais provável.

g) Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adota essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter o impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Conta Corrente – Nacional	112	7
Total	112	7

5.1. Títulos e valores mobiliários

	2020	2019
Fundo Itaú PP Portfólio (a)	1.225	1.564
Total	1.225	1.564

(a) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Itaú PP Portfólio, referenciado na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com remuneração média de 89,49% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (98,67% em 31 de dezembro de 2019). A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

6. Investimentos – A Companhia detém participações societárias em controladas, conforme segue:

	2019	Resultado	Saldo final dos investimentos	
HB Vila do Conde	100%	502.468	(215.312)	287.156
HB Adm Portuária Santos	100%	43.837	(15.460)	28.377
Total		546.305	(230.772)	315.533

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

10. Instrumentos Financeiros – 10.1. Instrumentos financeiros por categoria: Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme segue:

	2020	2019	
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	112	7
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	1.225	1.564
Custo amortizado			
Créditos com partes relacionadas	Nível 2	–	10
Passivos			
Passivo pelo custo amortizado:			
Fornecedores	Nível 2	–	8
Contas a pagar com partes relacionadas	Nível 2	45.000	45.222
Outras contas a pagar	Nível 2	10	11

10.2. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado: Os instrumentos financeiros da Companhia, com exceção dos derivativos, são classificados como valor justo por meio do resultado e por custo amortizado, o passivo pelo custo amortizado, e são substancialmente remunerados por taxas de mercado. Os valores justos desses instrumentos financeiros aproximam-se dos valores contábeis em 31 de dezembro de 2020.

10.3. Gerenciamento de risco: Gerenciamento de risco financeiro: Visão geral: Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas e taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração, que atua diretamente na gestão operacional. A Companhia tem como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora; essa prática tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Alta Administração são: • Risco de crédito. • Risco de liquidez. • Risco de taxa de juros. Estrutura de gerenciamento de risco: Risco de crédito: É o risco de a Companhia de sofrerem prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados por aplicações financeiras. De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões

	2020	2019
% de Saldo inicial dos investimentos		
Reconhecimento inicial	–	–
Baixa por prazo	–	–
Incorporação	–	–
Saldo final dos investimentos		

	2020	2019		
HB Vila do Conde	100%	502.468	(215.312)	287.156
HB Adm Portuária Santos	100%	43.837	(15.460)	28.377
Total		546.305	(230.772)	315.533

	2018	2019
% de participação		
Saldo inicial dos investimentos		
Resultado de equivalência patrimonial		
Reconhecimento inicial		
Baixa por prazo		
Incorporação		
Saldo final dos investimentos		

	2020	2019	
HB Navegação Norte	100%	185.714	–
HB Miriútiba	100%	68.142	–
HB Vila do Conde	100%	253.726	(5.114)
HB Adm Portuária	100%	–	(68)
Total		507.582	(5.182)

As principais informações sobre as controladas são apresentadas a seguir:

	2020	2019
HB Vila do Conde	100%	100%
HB Adm Portuária	100%	100%
Total	2.091.668	316.315

Balanco Patrimonial

	2020	2019
Ativo		
Circulante	375.971	66.173
Não circulante	1.715.697	250.142
Total	2.091.668	316.315

	2020	2019
Passivo		
Circulante	205.451	105.964
Não circulante	1.599.061	181.974
Patrimônio líquido	287.156	28.377
Total	2.091.668	316.315

	2020	2019
--	------	------

Morumbi do Brasil Projetos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 08.588.838/0001-50

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A Administração

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		
Ativo	31/12/2023	31/12/2022	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)		
Circulante	65.687	8.653	Capital Social	175.729	175.729
Caixa e equivalentes de caixa	8.343	3.267	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	2.500	2.500
Contas a receber	2.124	4.493	Dividendos a pagar	-	-
Imoveis a comercializar	54.919	-	Reserva Legal e retenção de lucros	1.781	24.840
Despesas antecipadas	209	854	Reserva de Lucros Não Distribuídos	-	-
Demais ativos	92	39	Dividendos obrigatórios	-	10.578
Não Circulante	232.766	288.102	Lucros Acumulados	22.269	202.350
Contas a receber	4.665	5.097	Lucro líquido do exercício	-	-
Despesas antecipadas	297	181	Destinação Proposta:	-	-
Demais ativos	13	13	- Dividendos obrigatórios não distribuídos	-	10.578
Imoveis a comercializar	223.970	225.264	- Reserva Legal e retenção de lucros	1.113	10.578
Propriedade para investimento	3.360	56.985	Saldos em 31 de dezembro de 2022	175.729	175.729
Imobilizado	461	562	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	2.500
			Dividendos a pagar	-	(10.578)
			Lucro líquido do exercício	-	-
			Destinação Proposta:	-	-
			- Dividendos obrigatórios não distribuídos	-	7.419
			- Reserva Legal e retenção de lucros	781	7.419
			Saldos em 31 de dezembro de 2023	175.729	175.729
			Capital Social	175.729	175.729
			Adiantamento para futuro aumento de capital	2.500	-
			Reservas de lucros e dividendos obrigatórios	3.675	42.837
			Dividendos obrigatórios	7.419	-
			Lucros Acumulados	22.269	202.350
Total do Ativo	298.453	296.755	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	298.453	296.755

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Morumbi do Brasil Projetos Imobiliários S.A. ("Empresa" ou "Morumbi") foi constituída em 2 de janeiro de 2007, com o objetivo de deter participação em outras sociedades, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista; promover a administração de bens próprios, e realizar compra, venda, locação e administração de imóveis próprios. A sede da empresa está localizada na Av. Morumbi 7.395, Vila Cordeiro, São Paulo-SP. **Detalhes do empreendimento Torre Z:** A Torre Z é um empreendimento comercial, triple A, localizado na Avenida Dr. Churri Zaidan, 296, Vila Olímpia, São Paulo-SP (antes registrado como Av. Morumbi, 7.395, conforme matrícula). O edifício possui 40.331 m² de área bruta locável (ABL) dividida entre 27 andares e 9 lojas. Em 31 de dezembro de 2023, aproximadamente 80,7% da área total da Torre Z estava locada, para 17 locatários. **Detalhes do empreendimento Mandarin The Legend:** Mandarin The Legend é um empreendimento planejado para 263 unidades residenciais de 88 a 144m², 8 conjuntos comerciais e 1 loja fachada ativa, a ser desenvolvido em parte do imóvel localizado na Avenida Morumbi, 7.395 – Brooklin – São Paulo, referente à matrícula 228.515 devidamente registrada no 15º Registro de Imóveis da Cidade de São Paulo. O edifício será construído em área privativa total de 35.058,19m². O empreendimento imobiliário será desenvolvido pela incorporadora Cyrela Roraima Empreendimentos Imobiliários Ltda, através de incorporação por mandato firmado em 6 de novembro de 2019 pelas partes. A incorporadora assumiu a responsabilidade e condução dos projetos perante as autoridades competentes, com prazo de 48 meses para finalização contados da data de lançamento do empreendimento imobiliário que ocorreu no segundo semestre de 2023.

2. Apresentação das demonstrações financeiras – a. Base de apresentação: As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e devidamente aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A diretoria da Empresa autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 27 de março de 2024, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que não tiveram efeitos sobre estas demonstrações financeiras. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado de outra forma nas práticas contábeis descritas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor nominal das contraprestações pagas em troca de ativos. **c. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor máximo mais próximo, exceto quando de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), devidamente aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) exige que a Administração faça julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3. Principais políticas e práticas contábeis – As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** A Empresa classifica nesta categoria os saldos de caixa, de contas bancárias de livre movimentação, e os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e cujo vencimento seja inferior a 90 dias. **b. Estoque de imóveis:** São avaliados ao custo de construção ou aquisição, ou valor de mercado, dos dois, o menor, e estão compostos por terrenos, custos de construção que são formados por gastos vinculados ao desenvolvimento do projeto imobiliário, materiais, mão de obra aplicada e outros correlatos. Quando o custo de construção do imóvel exceder o fluxo de caixa esperado da sua operação de locação ou venda, uma perda de redução ao valor recuperável é reconhecida no período em que foi determinado que o valor contábil não fosse recuperável. Os saldos em aberto nas datas de encerramento dos balanços não excedem os respectivos valores líquidos de realização. A classificação de imóvel entre circulante e não circulante é realizada pela Administração com base na expectativa de prazo de comercialização do imóvel. A Administração revisa periodicamente as estimativas de comercialização.

c. Propriedade para investimento: Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para a venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo. Os encargos de depreciação são calculados pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica dos bens. **d. Redução ao valor recuperável (Impairment):** De acordo com o pronunciamento CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativo, a Empresa analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo pode estar registrado por valor superior ao seu valor de realização. Caso sejam identificadas tais evidências, a Empresa estima os valores recuperáveis do ativo e caso o valor de realização (valor justo) seja inferior ao valor contábil, efetua o ajuste para refletir o valor de realização do ativo. Em 31 de dezembro de 2023, a administração procedeu a avaliação de recuperabilidade e concluiu que não há perda para redução ao valor recuperável de seus ativos. **e. Gestão do risco de liquidez:** A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da administração, que elaborou um modelo para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Empresa gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de créditos bancárias por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. **f. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Empresa compreendem os caixas e equivalentes de caixa, contas a receber, empréstimos e financiamentos e contas a pagar. A Empresa reconhece os instrumentos financeiros na data em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: (a) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; (b) ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Passivos financeiros ao custo amortizado". A Empresa apresenta apenas passivos financeiros ao custo amortizado. **g. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente são apresentados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **h. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo, quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos exceder o total devido. As alíquotas desses impostos são de 15% para o imposto de renda, 10% de adicional de imposto de renda sobre o que ultrapassar R\$ 240 no exercício e de 9% para a contribuição social. Em 2023 e 2022 a Empresa optou pelo regime de lucro presumido, desta forma, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 32% sobre as receitas de locação e de 100% sobre receitas financeiras e dos ganhos realizados, sobre a qual aplicam-se as alíquotas de 15% (mais adicional de 10%) e 9% referentes ao imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre lucro, respectivamente. **i. Patrimônio líquido: Capital Social:** O aumento ou diminuição de capital social são definidos em assembleia e formalizados através da alteração do Estatuto Social da Empresa. **Resultado do exercício (Destinação):** O lucro líquido do exercício apurado, após as deduções de reservas e provisões legais, bem como quaisquer outros que a Empresa julgar necessários para a sua segurança, terá a destinação que lhe for determinada por deliberação dos acionistas em Assembleia Geral. **j. Resultado:** Compreende despesas e receitas registradas pelo regime de competência. **k. Receitas de aluguel:** A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear. As receitas de locação são reconhecidas em função dos prazos decorridos, resultados auferidos e serviços prestados no regime de competência. A linearização das receitas tem por objetivo equalizar as receitas de locação durante o prazo de vigência do contrato, diluindo o impacto decorrente das carências financeiras concedidas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	1	6
Bancos	6	21
Aplicações Financeiras	8.275	3.240
	8.343	3.267

5. Contas a receber de clientes

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber	1.365	2.609
Contas a receber diferido – linearização de contrato	5.424	7.080
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	-	(99)
Total	6.789	9.590
Circulante	2.124	4.493
Não circulante	4.665	5.097

6. Estoque de imóveis

	31/12/2023	31/12/2022
Empreendimento Torre Z	223.970	223.970
Empreendimento Mandarin The Legend	54.919	1.294
	278.889	225.264
Circulante	54.919	-
Não Circulante	223.970	225.264

7. Propriedade para investimentos e imobilizado

	Saldo Inicial	Aquisições	Transf. de Valores	Depreciação	Saldo Final
Propriedade para investimentos					
Terrenos (a)	56.985	-	(53.625)	-	3.360
Total de propriedades para investimentos	56.985	-	(53.625)	-	3.360
Imobilizado					
Equipamentos de Informática	13	-	(11)	2	4
Máquinas Ap. Equipamentos	167	-	(40)	127	127
Instalações e Benfeitorias	39	-	(5)	34	5
Móveis e Utensílios	343	-	(45)	298	45
Total de imobilizado	562	-	(101)	461	101
Total geral 2023	57.547	-	(53.625)	(101)	3.821
Total geral 2022	57.547	97	-	(97)	57.547

(a) A transferência ocorreu em 2023 em respeito ao terreno do empreendimento Mandarin The Legend que foi reclassificado para a conta de estoque de imóveis, tendo em vista a mudança do objetivo da Empresa em relação ao uso da propriedade, conforme previsto no CPC 28.

8. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures Bradesco (a)	47.653	69.647
Debêntures Bradesco – custos iniciais da transação	(313)	(458)
	47.340	69.189
Parcela circulante	21.849	21.875
Parcela não circulante	25.491	47.314

a) Debêntures: A Morumbi capturou em 28 de fevereiro de 2020 o montante de R\$ 132.000, por meio de emissão de 132.000.000 debêntures não conversíveis em ações, em série única, espécie com garantia real, no valor unitário de R\$ 1 (um real), com o objetivo de repêrimento de passivo da Emissora, ou seja, liquidação antecipada do financiamento imobiliário contratado junto ao Banco Bradesco S.A. e reforço de capital de giro. O prazo de vencimento final das debêntures ocorrerá em 28 de fevereiro de 2026. O saldo do valor nominal unitário das debêntures, será pago em 72 parcelas mensais e consecutivas, todo dia 28 de cada mês, sendo o primeiro pagamento devido em 28 de março de 2020 e o último pagamento

Movecta S.A.
CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16 - NIRE 35.300.117.441

Convocação da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Convocamos os Srs. acionistas da **Movecta S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 19/04/2024, às 10h, de modo presencial, na Rua Guarapés, 1.909 - 9º andar - Cidade Monções São Paulo/SP, CEP: 04561-004 para deliberar sobre a seguinte **ordem do dia:** **5.1.1. Em Assembleia Geral Ordinária:** (Item i) o Relatório da Administração, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício social findo em 31/12/2023; (Item ii) a ratificação da distribuição de proventos, através de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP"), referentes ao período de 01/06/2023 a 31/12/2023; (Item iii) a proposta dos administradores para a destinação do lucro/resultado relativo ao exercício social findo em 31/12/2023; (Item iv) a aprovação da Distribuição de Dividendos no montante total de R\$ 9.602.896,94 na forma do Estatuto Social e na proporção do capital social e; constituição do montante correspondente à Reserva Legal (conforme previsto no Estatuto Social, Artigo 30) equivalente à 5% do lucro apurado no exercício de 2023, no valor total de R\$ 2.021.662,51; (Item v) a ratificação da distribuição de Dividendos Intermediários à acionista Preferencialista Localpar Participações S.A., no montante líquido de R\$ 3.065.533,66, conforme autorizado pelo artigo 32 do estatuto Social da Companhia e deliberado e aprovado na Ata de Reunião do Conselho de Administração, realizada em 10/10/2023 ("RCA de 10/10/2023") e montante pago no dia 10/10/2023 ("Dividendos Intermediários"); (Item vi) a destinação dos dividendos remanescentes no montante de R\$ 6.537.363,18; da seguinte forma: R\$ 5.205.391,84, conforme proporção nas ações ordinárias e R\$ 1.331.971,34, conforme proporção da participação do capital social, nas ações Preferenciais, observado o "Item v" (ou seja, descontado o valor dos Dividendos Intermediários antecipados e pagos em 10/10/2023); (Item vii) a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e; (Item viii) a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2024. **5.1.2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** (Item i) a renúncia do Sr. Piero Grassi Simone do cargo de Diretor Comercial da Companhia; (Item ii) eleger o Sr. Ailton da Silva Vilas Boas ao cargo de Diretor de Operações da Companhia; (Item iii) reeleger os demais diretores da Companhia por mais 1 ano; (Item iv) apresentar a composição da Diretoria da Companhia atual; (Item v) ratificar os atos praticados por Diretores e procuradores da Companhia; e; (Item vi) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Sra. **Marilyna Rodrigues Vasone**, Presidente. (11, 12 e 13/04/2024)

Monte Rodovias S.A.
CNPJ/MF nº 37.702.340/0001-74

ERRATA - Demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais em 31/12/2023 e 2022
Comunicamos que a publicação das Demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2023 e 2022, publicada no jornal Data Mercantil no dia 29/03/2024 no formato digital e impresso, teve o seguinte conteúdo retificado no quadro do Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **No tópico: Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão: • Leia-se a seguinte redação retificada: "Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão: Veja a Nota 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Principais assuntos de auditoria: Como auditoria endereçou esse assunto:** A Companhia e suas controladas apresentam no ativo intangível investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com os contratos de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários. Devido às incertezas inerentes no processo de determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros de cada UGC e suas premissas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, como o crescimento de tráfego, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, bem como à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia para determinação dessa estimativa contábil, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: • Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, da razoabilidade e consistência das principais premissas utilizadas para estimar o valor em uso das UGCs como: perspectivas de crescimento de tráfego, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada, comparando-as com dados históricos e/ou de mercado e avaliando se são condizentes com a projeção aprovada pela Administração da Companhia; • Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, em base amostral, se os cálculos matemáticos, práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa esperados na estimativa foram elaboradas de forma consistente e são razoáveis no contexto da avaliação da estimativa do valor recuperável das UGCs; e • Revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis o saldo do ativo intangível e respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2023. Salvador, 28/03/2024. KPMG Auditores Independentes Ltda., CRC SP-014428/F-7; Diego Feliciano Irlneu, Contador, CRC 1SP2232102/O-2

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 13/04/2024
Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Rec Guarulhos S.A.						
CNPJ/MF nº 08.730.884/0001-41						
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais – R\$)						
Ativo	2023	2022	Passivo e Patrimônio Líquido	2023	2022	Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais – R\$)
Circulante			Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.361	8.489	Empréstimos e financiamentos	155.443	55.050	Lucro líquido do exercício
Contas a receber	17.850	18.469	Contas a pagar	2.547	2.707	30.775
Impostos e contribuições a compensar	258	289	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	46.344	53.326	23.464
Despesas antecipadas	286	443	Adiantamento de clientes	105	–	–
Outros ativos circulantes	1.000	553	Obrigações fiscais	980	–	–
Total dos ativos circulantes	23.755	28.243	Outros passivos circulantes	2.569	4.439	Resultado abrangente total do exercício
			Total dos passivos circulantes	207.988	116.408	30.775
Não Circulante			Não Circulante			23.464
Contas a receber	16.944	19.552	Empréstimos e financiamentos	338.026	494.522	
Despesas antecipadas	660	488	Impostos diferidos passivos	45.632	41.650	
Depósitos judiciais	37	56	Provisão para contingências	208	327	
Impostos diferidos ativos	1.686	1.906	Total dos passivos não circulantes	383.866	536.499	
Propriedades para investimentos	1.009.694	1.028.845	Patrimônio líquido			
Imobilizado	6	9	Capital social	389.601	362.580	
Total dos ativos não circulantes	1.029.027	1.050.856	Reserva de lucros	57.909	51.733	
			Reserva legal	13.418	11.879	
Total dos ativos	1.052.782	1.079.099	Total do patrimônio líquido	460.928	426.192	
			Total dos passivos e patrimônio líquido	1.052.782	1.079.099	
Demonstrações dos Resultados – Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais – R\$)						
	2023	2022		2023	2022	
Receita Líquida	134.943	130.816	Receitas financeiras	1.534	1.592	
Custo dos serviços prestados	(21.975)	(21.975)	Resultado financeiro líquido	(71.018)	(74.766)	
Lucro bruto	112.968	108.841	Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social	35.020	27.942	
Despesas operacionais	(6.930)	(6.133)	Imposto de renda e contribuição social	–	–	
Despesas gerais e administrativas	–	–	Corrente	–	(337)	
Lucro operacional antes do resultado financeiro	106.038	102.708	Diferido	(4.245)	(4.141)	
Resultado Financeiro	(72.552)	(76.358)	Lucro líquido do exercício	30.775	23.464	
Despesas financeiras	–	–	Lucro por ação – R\$ – Básico e diluído	0,06	0,05	
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais – R\$)						
	Capital social		Reservas de lucros		Lucros/Prejuízos acumulados	
	Subscrito	A integralizar	Reserva Legal	Reserva de lucros		Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	378.952	(34.573)	10.706	50.223	–	405.308
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	23.464	23.464
Destinação do lucro:						
Reserva legal	–	–	1.173	–	(1.173)	–
Dividendos	–	–	–	–	(5.573)	(5.573)
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	(15.208)	(15.208)
Reserva de retenção de lucros	–	–	–	1.510	(1.510)	–
Aumento de capital	100.000	(100.000)	–	–	–	–
Integralização de capital	–	18.201	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	478.952	(116.372)	11.879	51.733	–	18.201
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	426.192	426.192
Destinação do lucro:						
Reserva legal	–	–	1.539	–	(1.539)	–
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	(23.060)	(23.060)
Reserva de retenção de lucros	–	–	–	6.176	(6.176)	–
Integralização de capital	–	27.021	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	478.952	(89.351)	13.418	57.909	–	460.928
A Diretoria			As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.			
Leonardo Fonseca de Campos – Contador – CRC 1SP 303.190/0-9						

REC Guarulhos II S.A.						
CNPJ/MF nº 24.312.932/0001-38						
Balancos Patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais – R\$)						
Ativo	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	2023	2022	Demonstrações de Resultados Abrangentes – Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais – R\$)
Circulantes			Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	1.326	2.570	Contas a pagar	8.333	33.663	Prejuízo do exercício
Contas a receber	10.216	5.592	Empréstimos e financiamentos	140.947	82.085	(25.262)
Impostos e contribuições a compensar	16	770	Contas a pagar – partes relacionadas	67	–	(50.652)
Contas a receber – partes relacionadas	343	–	Obrigações fiscais	837	1.183	–
Outros ativos circulantes	11.901	8.932	Adiantamento de clientes	1.035	1.987	Resultado abrangente total do exercício
			Outros passivos circulantes	156	5	(25.262)
			Total dos passivos circulantes	151.375	118.923	(50.652)
Não circulantes			Não circulantes			
Contas a receber	41.299	14.986	Impostos diferidos passivo	29.695	25.053	
Contas a receber – consórcio	271	–	Empréstimos e financiamentos	600.867	743.022	
Impostos diferidos ativos	92.600	74.984	Total dos passivos não circulantes	630.562	768.075	
Propriedades para investimentos	1.080.837	954.800	Patrimônio líquido			
Outros ativos não circulantes	1.215.007	1.044.770	Capital social	868.394	564.865	
			(-) Ações em tesouraria	(301.177)	(301.177)	
Total dos ativos	1.226.908	1.053.702	Prejuízos acumulados	(122.246)	(96.984)	
			Total do patrimônio líquido	444.971	166.704	
			Total dos passivos e patrimônio líquido	1.226.908	1.053.702	
Demonstrações de Resultados – Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais – R\$)						
	2023	2022		2023	2022	
Receita Líquida	75.687	40.779	Receitas financeiras	390	2.266	
Custos de Serviços Prestados	(12.429)	(9.890)	Resultado financeiro líquido	(94.081)	(98.433)	
Lucro Bruto	63.258	30.889	Prejuízo operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social	(38.236)	(76.715)	
Despesas operacionais	(7.413)	(9.171)	Imposto de renda e contribuição social	–	–	
Despesas gerais e administrativas	–	–	Diferido	12.974	26.063	
Lucro operacional antes do resultado financeiro	55.845	21.718	Prejuízo do exercício	(25.262)	(50.652)	
Resultado financeiro	(94.471)	(100.699)	Prejuízo por ação – R\$	0,0308	0,1043	
Despesas financeiras	–	–				
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais – R\$)						
	Capital social		Reserva de Capital		Prejuízo	
	Subscrito	A integralizar	Subscrito	A integralizar	(-) Ações em Tesouraria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	251.178	–	129.117	(98.184)	–	235.779
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(46.332)	(46.332)
Integralização de reserva de capital	–	–	–	–	(50.652)	(50.652)
Aumento de capital social	200.000	(200.000)	–	–	–	–
Aumento de capital social – Ações em tesouraria	301.177	–	–	–	(301.177)	(301.177)
Aumento de capital social – Transferência da reserva	129.117	(65.408)	(129.117)	65.408	–	–
Integralização de capital social	–	107.599	–	–	–	–
Cisão parcial	(158.798)	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	722.674	(157.809)	–	–	(301.177)	166.704
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(25.262)
Aumento de capital social	180.000	(180.000)	–	–	–	–
Integralização de capital social	–	303.529	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	902.674	(34.280)	–	–	(301.177)	444.971
A Diretoria			As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.			
Leonardo Fonseca de Campos – Contador – CRC 1SP 303.190/0-9						

REC Faria Lima Empreendimentos Imobiliários S.A.
 CNPJ/MF nº 01.150.594/0001-80 – NIRE 35.300.533.356
Redução de Capital
 REC Faria Lima Empreendimentos Imobiliários S/A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, 1.400, 8º andar, CEP 01455-000, CNPJ/MF nº 01.150.594/0001-80, com seu Contrato Social arquivado na JUCESP sob o NIRE 35.300.533.356, vem a público informar que foi aprovada em 01 de abril de 2024 por unanimidade dos sócios, com fundamento no Artigo 1082, inciso II, do Código Civil Brasileiro, a redução parcial do capital social em R\$ 20.000.000,00, com o consequente cancelamento de 43.353.670 ações e restituição proporcional de capital aos acionistas: VR Desenvolvimento de Negócios S.A.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 13/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



DMCard Participações S.A.

CNPJ/MF nº 45.586.447/0001-22 - NIRE 35.300.590.58-9

Ata de Reunião do Conselho de Administração

1. Data, Hora e Local: Em 22/03/2024, às 10h00, na sede da DMCard Participações S.A. ("Companhia"), situada na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Cassiano Ricardo, nº 521, Sala 12, Bloco 2, Bairro Parque Residencial Aquarius, CEP 12246-870. **2. Convocação e Presenças:** Convocação dispensada, em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia ("Conselheiros"), conforme lista de presença anexa à presente Ata como Anexo I. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Denis César Correia e secretariados pelo Sr. José Luis Pano. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a eleição dos membros da Diretoria da Companhia; **5. Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade dos votos e sem quaisquer restrições, resolveram: **5.1.** A nomeação e eleição, para o mandato de 2 (dois) anos contados da presente data, dos seguintes diretores: (i) Denis César Correia, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.446.916-8, expedida pela SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 103.540.518-06, com escritório na Avenida Cassiano Ricardo nº 521, 3º Andar, Sala 10, Torre B, Bairro Parque Residencial Aquarius, CEP 12246-870, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (ii) Tharik Camocardi de Moura, brasileiro, em união estável, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 43.942.901-8 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 369.358.358-79, com escritório na Avenida Cassiano Ricardo nº 521, 3º Andar, Sala 10, Torre B, Bairro Parque Residencial Aquarius, CEP 12246-870, para o cargo de Diretor Financeiro da Companhia; (iii) Juan Pablo Garcia Agudo, brasileiro naturalizado, divorciado, empresário, portador da identidade RG nº 6.486.850-3 SSP/SP e inscrito no CPF nº 089.123.768-29, com escritório na Avenida Cassiano Ricardo nº 521, 3º Andar, Sala 10, Torre B, Bairro Parque Residencial Aquarius, CEP 12246-870, para o cargo de Diretor de Designação Específica da Companhia. Os membros da Diretoria, ora eleitos, aceitam as suas nomeações mediante a assinatura dos Respetivos Termos de Posse, cujas cópias encontram-se anexas à presente Ata, Anexo II, além de ficarem arquivadas no livro de Atas de Reuniões da Diretoria da Companhia, nos termos do art. 149 da Lei das Sociedades por Ações. Os Diretores ora eleitos, declararam expressamente em seus termos de posse, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração de sociedade empresária, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrarem-se sob os efeitos dela, a pena de vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade; que possuem reputação ilibada; e que não tem interesse conflitante com o da Companhia. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, tendo-se redigido e feito lavrar esta ata, a qual lida e achada conforme, foi devidamente aprovada pelos membros do Conselho de Administração. **7. Assinaturas:** Mesa: Presidente – Denis César Correia; Secretário – José Luis Pano. Conselheiros: Denis César Correia, Moisés Alves de Souza e José Luis Pano. São José dos Campos, 22/03/2024. JUCESP nº 140.053/24-4 em 05/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

DM Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ nº 91.669.747/0001-92 - Companhia Aberta

Assembleia Geral Ordinária Edital de Convocação

Convocamos os Srs. acionistas da DM Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30/04/2024, às 10h, de modo exclusivamente digital por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams, podendo os acionistas participarem e votarem pela referida plataforma, sem prejuízo do uso do boletim de voto a distância como meio para exercício do direito de voto, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do dia:** **1 -** Tomar as contas dos administradores da Companhia; **2 -** Examinar e votar o Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, demais demonstrações financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente da companhia, todos relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **3 -** Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2023; **4 -** Ratificar a remuneração global anual dos Administradores para o exercício de 2024 e a sua alocação individual, aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 05/02/2024. **Informações Gerais: I) Participação dos acionistas na AGO.** Os acionistas poderão participar da AGO: (i) pessoalmente, ou (ii) por meio de procurador devidamente constituído, observado o disposto no artigo 126 da Lei nº 6404/76 conforme alterada ("Lei das S.A.") e de acordo com o Artigo 10º parágrafo 2º do Estatuto Social da Companhia. Aos Acionistas que decidirem participar e votar na AGO através da plataforma Microsoft Teams, solicita-se o envio de solicitação à Companhia, juntamente com a documentação de comprovação de sua qualidade como acionista, através do e-mail dmfinanceira@voicedm.com.br, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores. Conforme o estabelecido no Artigo 9º parágrafo 4º do Estatuto Social da Companhia e nas normas aplicáveis, a comprovação da condição de acionista deverá ocorrer, mediante a apresentação de: (i) documento de identidade com foto e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso; (ii) instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126 da Lei das S.A.; e (iii) quando necessário, comprovante da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, emitido, pelo menos, 05 (cinco) dias úteis antes da AGO e depositado na sede da Companhia e/ou enviado digitalizado, no máximo, 2 (dois) dias úteis antes da AGO. A Companhia esclarece que os acionistas deverão depositar os respectivos documentos mencionados na sede da Companhia, em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGO. Caso o acionista não tenha depositado o instrumento de mandato e os documentos de representação no prazo estabelecido, seus representantes ou procuradores poderão participar da AGO, desde que apresentem, até a data de sua realização, os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes, conforme o disposto no § 2º do artigo 6º da Resolução CVM 81. Após o recebimento da solicitação acompanhada dos documentos necessários para participação na AGO, a Companhia enviará, ao endereço de e-mail indicado pelo acionista, o link e as instruções de acesso à plataforma aos acionistas ou, se for o caso seus representantes legais ou procuradores. Referidas informações serão pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhadas sob pena de responsabilização. **II) Documentos à disposição dos acionistas.** Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na AGO, encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia e nas páginas (<https://www.voicedmfinanceira.com.br>), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores, em conformidade com as disposições da Lei das S.A., e da Resolução CVM nº 81, de 29/03/2022, ("Resolução CVM 81"). O Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, demais demonstrações financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, foram publicadas em 28/03/2024, no Jornal Data Mercantil. **III) Participação via Boletim de Voto à Distância:** A Companhia adotará o sistema de votação a distância nos termos da Resolução CVM 81, de forma que os acionistas poderão alternativamente participar da AGO mediante o envio do boletim de voto a distância conforme modelos, nos termos indicados na Proposta de Administração disponibilizada nos sites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (<https://www.voicedmfinanceira.com.br>), por meio de seus respectivos agentes de custódia, (ii) via a instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, ou, (iii) diretamente à Companhia. Para informações adicionais acerca do exercício do direito de voto à distância, solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na Resolução CVM 81, bem como as orientações e prazos constantes dos próprios boletins de voto, na Proposta de Administração. São José dos Campos, 02/04/2024. Carlos Antonio Tamaki, Presidente do Conselho de Administração. Autorizada a publicação deste Edital no Jornal Data Mercantil, nas edições dos dias 02, 15 e 16 de abril. Tharik Camocardi de Moura - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. (02, 15 e 16/04/2024)

Infrasec Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 10.488.244/0001-19 - NIRE: 35.300.363.124 - Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Especial de Investidores dos Certificadores de Recebíveis Imobiliários da 1ª Emissão

Ficam convocados os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Emissão da Emissora ("Titulares de CRI" e "CRI", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, firmado em 14/04/2011, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30/04/2024, às 11h30, de forma exclusivamente digital (ver Informações Gerais abaixo), por meio da plataforma "Zoom", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23/12/2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) Deliberação sobre as Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado da 1ª Emissão, e o respectivo Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas nos sites www.infrasec.com.br, www.trusteedtm.com.br e www.gov.br/cvm, as quais foram emitidas sem opinião modificada; (ii) Deliberação sobre as Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado da 1ª Emissão, e o respectivo Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas nos sites www.infrasec.com.br, www.trusteedtm.com.br e www.gov.br/cvm, as quais foram emitidas sem opinião modificada; e (iii) Deliberação para que a Emissora e o Agente Fiduciário realizem, em conjunto, todos os atos e celebrem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. **Informações Gerais.** A Assembleia será realizada de forma digital, nos termos da Resolução CVM 60, por videoconferência, via plataforma Zoom, coordenada pela Emissora e integralmente gravada, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso aos Titulares de CRI que enviarem aos endereços eletrônicos contato@infrasec.com.br e fiduciario@trusteedtm.com.br, com até 2 (dois) dias úteis de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia os seguintes documentos: i) Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador, conforme estabelece a Resolução CVM 60; ii) Se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular de CRI (por exemplo, ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador, conforme estabelece a Resolução CVM 60. Conforme a Resolução CVM 60, os Investidores poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que recebida pela Emissora antes do início da Assembleia. São Paulo-SP, 10/04/2024. Infrasec Securitizadora S.A. Ismail Cristiano de Souza Moutinho - Diretor de Relações com Investidores. (11, 12 e 13/04/2024)

DMCard Participações S.A.

CNPJ/MF nº 45.586.447/0001-22 - NIRE 35.300.590.58-9

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de abril de 2024

1. Data, Local e Hora: realizada no dia 10/04/2024, às 16:00 horas, de modo exclusivamente digital por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams e, portanto, considerada realizada na sede social da DMCard Participações S.A., sociedade por ações de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.586.447/0001-22, com sede na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Cassiano Ricardo, 521, sala 12, Bloco 2, Bairro Parque Residencial Aquarius, CEP 12.246-870 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** dispensada a convocação nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e do artigo 7º, § 1º, do estatuto social da Companhia, estando presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Mesa:** os trabalhos foram presididos por Denis César Correia, como Presidente, e secretariados por José Luis Pano, como Secretário. **4. Ordem do Dia:** deliberar e aprovar a respeito da retificação e ratificação da ata da Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 03/04/2024, devidamente protocolada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o nº 0.497.473/24-0 ("AGE de Emissão") a fim de corrigir (i) o valor total da emissão de debêntures, e (ii) o número de debêntures a serem emitidas. **5. Deliberação:** instalada a assembleia, foi dado início a discussão da matéria indicada na ordem do dia, sendo certo que a totalidade dos acionistas da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, decidiram retificar e ratificar a ata da AGE de Emissão para fazer constar no documento a seguinte nova redação para os subitens "v" e "vi", do item 5.a: "a. aprovar a emissão das Debêntures, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, que terá as seguintes características e condições principais, as quais constarão detalhadas e reguladas na Escritura: (...) (v) Valor Total da Emissão: o valor total da Emissão será de até R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) na Data de Emissão, sendo (a) até R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para as Debêntures da primeira série; e (b) até R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para as Debêntures da segunda série; (vi) Quantidade de Debêntures: serão emitidas até 12.000 (doze mil) Debêntures, das quais (a) até 6.000 (seis mil) serão Debêntures da primeira série ("Debêntures Primeira Série"); e (b) até 6.000 (seis mil) serão Debêntures da segunda série ("Debêntures Segunda Série");". **6. Encerramento:** nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a sessão, tendo-se redigido e feito lavrar esta ata, a qual lida e achada conforme, foi devidamente aprovada pelos membros do Conselho de Administração. **7. Assinaturas:** Mesa: Presidente – Denis César Correia; Secretário – José Luis Pano. Acionistas presentes: Denis César Correia, Juan Pablo Garcia Agudo, WBBS Holding Ltda., Vinci Impacto e Retorno IV – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (p. Vinci GGN Gestão de Recursos Ltda.), e Vinci Impacto e Retorno IV Master P – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (p. Vinci GGN Gestão de Recursos Ltda.). Na qualidade de Presidente e Secretário desta assembleia, declaramos que a presente é cópia da ata original lavrada no livro próprio. São José dos Campos, 10/04/2024.

DM Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 91.669.747/0001-92 - NIRE 35.300.06.13.41-4

Assembleia Geral Extraordinária Edital de Convocação

Convocamos os Srs. acionistas da DM Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento ("Companhia"), na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 23 de abril de 2024, às 09h, de modo exclusivamente digital por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams, podendo os acionistas participarem e votarem pela referida plataforma, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia:** (i) Homologação do Aumento do capital social da Companhia, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 21 de março de 2024. (ii) Alteração do Art. 5º do Estatuto Social; (iii) Consolidação do Estatuto Social; (iv) autorização para a administração da Companhia praticar todos os atos necessários à implementação do Aumento de Capital. **Informações Gerais:** (i) Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na AGE, poderão ser solicitados à Companhia, através do e-mail controladoria@voicedm.com.br; (ii) A AGE será instalada, nesta primeira convocação, com a presença de acionistas que votem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, conforme disposto no artigo 135 da Lei das S.A.; e (iii) Os acionistas poderão participar da AGE, em primeira convocação, de forma exclusivamente digital, nos termos descritos abaixo. **Manual de Participação:** Os acionistas poderão participar da AGE: (i) pessoalmente; ou (ii) por meio de procurador devidamente constituído, observado o disposto no artigo 126 da Lei das S.A. e de acordo com o artigo 10º, § 2º do Estatuto Social da Companhia. Aos acionistas que decidirem participar e votar na AGE através da plataforma Microsoft Teams, solicita-se o envio de solicitação à Companhia, juntamente com a documentação de comprovação de sua qualidade como acionista, através do e-mail dmfinanceira@voicedm.com.br, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores. Conforme o estabelecido no artigo 9º, § 4º do Estatuto Social da Companhia e nas normas aplicáveis, a comprovação da condição de acionista deverá ocorrer, mediante a apresentação de: (i) documento de identidade com foto e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso; (ii) instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126 da Lei das S.A.; e (iii) quando necessário, comprovante da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, emitido, pelo menos, 5 (cinco) dias úteis antes da AGE e depositado na sede da Companhia e/ou enviado digitalizado, no máximo, 2 (dois) dias úteis antes da AGE. A Companhia esclarece que os acionistas deverão depositar os respectivos documentos mencionados na sede da Companhia, em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGE. Caso o acionista não tenha depositado o instrumento de mandato e os documentos de representação no prazo estabelecido, seus representantes ou procuradores poderão participar da AGE, desde que apresentem, até a data de sua realização, os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes, conforme o disposto no § 2º do artigo 6º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada. Após o recebimento da solicitação acompanhada dos documentos necessários para participação na AGE, a Companhia enviará, ao endereço de e-mail indicado pelo acionista, o link e as instruções de acesso à plataforma aos acionistas ou, se for o caso, seus representantes legais ou procuradores. Referidas informações serão pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhadas sob pena de responsabilização. São José dos Campos, 02 de abril de 2024. Carlos Antonio Tamaki, Presidente do Conselho de Administração. Autorizada a publicação deste Edital no Jornal Data Mercantil, nas edições dos dias 02, 15 e 16 de abril de 2024. Tharik Camocardi de Moura, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. (02, 15 e 16/04/2024)

Infrasec Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 10.488.244/0001-19 - NIRE: 35.300.363.124 - Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Especial de Investidores dos Certificadores de Recebíveis Imobiliários da 2ª Emissão

Ficam convocados os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 2ª Emissão da Emissora ("Titulares de CRI" e "CRI", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, firmado em 27/04/2012, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30/04/2024, às 10h30, de forma exclusivamente digital (ver Informações Gerais abaixo), por meio da plataforma "Zoom", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23/12/2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) Deliberação sobre as Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado da 2ª Emissão, e o respectivo Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas nos sites www.infrasec.com.br, www.trusteedtm.com.br e www.gov.br/cvm, as quais foram emitidas sem opinião modificada; (ii) Deliberação sobre as Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado da 2ª Emissão, e o respectivo Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas nos sites www.infrasec.com.br, www.trusteedtm.com.br e www.gov.br/cvm, as quais foram emitidas sem opinião modificada; (iii) Deliberação para que a Emissora e o Agente Fiduciário realizem, em conjunto, todos os atos e celebrem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. **Informações Gerais.** A Assembleia será realizada de forma digital, nos termos da Resolução CVM 60, por videoconferência, via plataforma Zoom, coordenada pela Emissora e integralmente gravada, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso aos Titulares de CRI que enviarem aos endereços eletrônicos contato@infrasec.com.br e fiduciario@trusteedtm.com.br, com até 2 (dois) dias úteis de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia os seguintes documentos: i) Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador, conforme estabelece a Resolução CVM 60; ii) Se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular de CRI (por exemplo, ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador, conforme estabelece a Resolução CVM 60. Conforme a Resolução CVM 60, os Investidores poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que recebida pela Emissora antes do início da Assembleia. São Paulo-SP, 10/04/2024. Infrasec Securitizadora S.A. Ismail Cristiano de Souza Moutinho, Diretor de Relações com Investidores. (11, 12 e 13/04/2024)

Cas Tecnologia S.A.

CNPJ nº 00.958.378/0001-00

Edital de Convocação

Ficam convocados os srs. acionistas para uma assembleia geral ordinária a realizar-se no dia 23/04/2024, às 10:00h, na sede social em São Paulo, SP, à Rua Dias Leme, 130, para tratar da seguinte ordem do dia: a) Aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício de 2023 e destinação de seus resultados; b) Distribuição de dividendos; c) Eleição dos membros do Conselho de Administração. São Paulo, 11 de abril de 2024 (aa) Welson Regis Jacometti, Diretor Presidente. (11, 12 e 13/04/2024)

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 13/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

